

Para Além dos Movimentos Sociais: reflexões sobre a literatura brasileira da década de 2010

Beyond social movements: thoughts on the 2010's Brazilian literature

Matheus Mazzilli Pereira¹
matheus.mazzilli@gmail.com

Marcelo Kunrath Silva²
mksilva@ufrgs.br

Resumo

Esse artigo tem por objetivo desenvolver uma análise crítica da literatura brasileira sobre movimentos sociais produzida na última década. Para isso, realizamos uma revisão sistemática dos artigos apresentados no grupo de trabalho (GT) sobre esse tema nos Encontros Anuais da Anpocs entre 2014 e 2018 e publicados nos anais desses eventos. Os resultados indicam que, a partir do diálogo crítico com a tradição do processo político, os trabalhos apresentados nesse GT adaptaram e construíram modelos teórico-conceituais capazes de fundamentar análises inovadoras e transversais a diversos movimentos sociais. Contudo, os artigos tenderam a reproduzir um viés "movimentocêntrico" em seus recortes de pesquisa e a promessa de promoção de um "olhar relacional" se limitou, em grande medida, à análise das relações entre movimentos sociais e instituições políticas. Diante desses limites, argumentamos ser benéfica à literatura a efetiva incorporação do deslocamento analítico dos movimentos sociais para os conflitos proposto pela abordagem da contentious politics, possibilitando que nossas análises se ampliem para além dos movimentos sociais.

Palavras-chave: *movimentos sociais; confrontos políticos; sociologia relacional.*

Abstract

This paper seeks to develop a critical analysis of the Brazilian literature on social movements produced during the last decade. To achieve this objective, we have systematically revised the articles presented at the research committee (RC) dedicated to this issue at the Annual Meetings of Anpocs between 2014 and 2018. The results suggest that, by critically dialoguing with the political process tradition, the papers presented at this RC have constructed and adapted conceptual and theoretical models that substantiated innovative and movement-transversal analysis. However, the articles tended to adopt a "movement-centric" bias in their object definitions and the promise of a "relational approach" has been mostly limited to the analysis of the relations between social movements and political institutions. To overcome this gap, we argue that the effective incorporation of the analytical turn from social movements to episodes of contentions proposed by the contentious politics approach is beneficial for the Brazilian social movement field of study, since it enables our analysis to move beyond social movements.

Keywords: *social movements; contentious politics; relational sociology.*

¹ Pós-doutorando no Centro de Estudos da Metrópole (CEM/USP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo no 2020/14910-2) (As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da FAPESP); pesquisador do grupo de pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS).

² Professor titular do departamento de sociologia da UFRGS; coordenador do grupo de pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE/UFRGS).

De Volta aos Movimentos Sociais

Em artigo publicado no ano de 2010, a partir das reflexões iniciais propostas pelo recém-fundado Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma questão era proposta: as ciências sociais brasileiras estariam retornando ao tema dos movimentos sociais? O texto partia do diagnóstico de um relativo afastamento da literatura nacional em relação aos estudos sobre movimentos sociais nas duas décadas anteriores, motivado, em parte, pela centralidade que a agenda de pesquisa sobre as instituições participativas e a participação institucional havia assumido naquele período. Como resultado desse processo, o texto aponta uma descontinuidade em relação aos estudos sobre movimentos sociais produzidos no Brasil ao longo das décadas de 1970 e 1980, bem como um distanciamento em relação aos recentes desenvolvimentos da literatura internacional sobre o tema (Silva, 2010).

Identificava-se, porém, uma ainda incipiente retomada da atenção das ciências sociais ao tema. Diante desse cenário, o artigo propunha caminhos analíticos para esse processo de reaproximação da literatura brasileira em relação aos estudos sobre movimentos sociais, tais como um diálogo com a perspectiva e os conceitos da teoria do confronto político (*contentious politics*). Essa abordagem era vista como capaz de promover uma ruptura em relação aos obstáculos epistemológicos postos por análises normativas e descritivas que predominavam no campo, inspiradas pelas chamadas teorias dos novos movimentos sociais e por perspectivas marxistas estruturais, especialmente nos estudos sobre as relações entre política institucional e movimentos sociais (Silva, 2010).

Dez anos depois da publicação do referido artigo, a resposta à indagação nele lançada parece ser afirmativa. Em recente revisão da produção brasileira sobre movimentos sociais entre 2000 e 2017, Szwako, Dowbor e Araújo (2020) demonstram o crescimento no número de artigos publicados sobre o tema no Brasil, em especial após o ciclo de protestos de 2013, que atraiu a atenção de diversas pesquisadoras brasileiras. Nessa revisão, algumas das principais características dessa literatura recente são apontadas. Em relação aos recortes de objeto de pesquisa, os trabalhos tenderam a se concentrar em análises situadas em nível

nacional e na região Sudeste, apontando-se ainda uma ampla diversidade nos tipos de movimentos sociais estudados. Do ponto de vista teórico e conceitual, indica-se, em primeiro lugar, a persistência da especialização e da fragmentação do debate, que tende a se articular em torno de movimentos sociais específicos em detrimento do recurso a referenciais teóricos e à constituição de debates vinculados a abordagens que buscam analisar os diversos movimentos sociais como fenômenos interrelacionados. Em paralelo, o artigo indica a crescente entrada de conceitos vinculados à tradição³ do confronto político, em especial, em um debate que buscou analisar e ressignificar as relações entre Estado e movimentos sociais no Brasil a partir do estudo de diversos casos específicos (Szwako *et al.*, 2020)⁴.

Esse trabalho dá continuidade aos esforços de revisão e reflexão sobre a literatura brasileira recente sobre movimentos sociais. Nele, buscamos analisar um debate específico dentro dessa literatura mais ampla: aquele sobre as relações entre Estado e movimentos sociais. Conforme mencionado anteriormente, esse foi, ao longo das últimas décadas, o debate em torno do qual os maiores esforços de construção de análises transversais a diversos casos particulares foram empreendidos, em especial, a partir da incorporação crítica da literatura do confronto político. Assim, sua revisão se torna essencial para a compreensão dos limites e potencialidades da construção de uma agenda de pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil. Desta forma, desde já destacamos que nossas análises dizem respeito a um subgrupo específico de estudos sobre movimentos sociais no Brasil e não se referem a essa literatura de forma geral.

Buscaremos descrever as principais características da literatura recente produzida sobre esse tema, bem como refletir criticamente sobre essa produção, em particular, no que se refere à forma como os conceitos e a abordagem do confronto político foram por ela incorporados. Para isso, analisamos os artigos apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) dedicados ao tema nos últimos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)⁵. Nosso recorte nos artigos apresentados nesses GTs se justifica, já que esse grupo se tornou um dos principais espaços acadêmicos para a produção e intercâmbio de conhecimentos sobre as relações entre Estado e movimentos sociais no Brasil⁶.

³ Nos referimos aqui também às abordagens e conceitos vinculados à Teoria do Processo Político (TPP), que origina a abordagem da *contentious politics*.

⁴ Essa centralidade do tema das relações entre movimentos sociais e Estado para o campo de estudos de movimentos sociais no Brasil está, em parte, vinculada a uma experiência histórica de relações mutáveis e heterogêneas que ativistas e organizações das redes movimentistas brasileiras estabeleceram com atores e arenas político-institucionais desde o período da redemocratização do país. Tais relações, muitas vezes, tensionaram referenciais estabelecidos na literatura e demandaram novos enquadramentos teóricos.

⁵ Os GTs analisados foram: 2014 – GT14: Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos; 2015 – GT14: Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais latino-americanos; 2016 – ST13: Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais; 2017 – GT11: Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais; 2018 – GT11: Entre as ruas e os gabinetes: institucionalização e contestação nos movimentos sociais.

⁶ Tendo por referência o diagnóstico de especialização temática e fragmentação do campo de estudos de movimentos sociais analisado por Szwako, Dowbor e Araújo (2020), destaca-se que o corpus constituído pelos trabalhos apresentados nos GTs selecionados não pretende representar o conjunto do campo. Assim, subcampos temáticos dentro do campo de estudos dos movimentos sociais podem apresentar configurações muito distintas daquela que o artigo caracteriza e analisa com base nos trabalhos apresentados nos GTs selecionados.

Esse artigo está dividido da seguinte maneira. Na próxima seção, apresentamos os procedimentos adotados para a realização dessa revisão, bem como seus resultados descritivos. Já na seção seguinte, apresentamos reflexões críticas a respeito da literatura, tendo como ponto de partida os dados apresentados anteriormente. Nessa seção, em linhas gerais, argumentamos que, embora a literatura aqui analisada tenha incorporado conceitos vinculados à tradição da teoria do confronto político, ela não se apropriou de uma de suas principais proposições: a ênfase nos conflitos, nas múltiplas relações neles estabelecidas e na diversidade de atores neles envolvidos. Assim, defendemos que, embora esse debate tenha caminhado “de volta aos movimentos sociais” é preciso dar um passo a mais e ir “além dos movimentos sociais”, construindo-se uma agenda de pesquisas sobre as particularidades e as configurações da política contenciosa no Brasil.

Entre os Movimentos Sociais e a Política Institucional

Em nossa revisão dos artigos apresentados nos GTs sobre movimentos sociais nos Encontros Anuais da ANPOCS na última década, incluímos apenas aqueles trabalhos que foram publicados na íntegra no *site* da associação. Nossa pesquisa abrangeu o período que vai de 2014 (ano que marca a recriação de um GT dedicado ao tema no evento) até 2018. O ano de 2019 foi excluído, já que os artigos apresentados nesse ano não foram publicados integralmente no *site* da associação, que apresenta apenas seus resumos. No total, foram mapeados cinquenta (50) artigos publicados nesse período. Porém, no caso de dois desses trabalhos, o *link* para acesso ao material estava quebrado. Dessa forma, o *corpus* dessa revisão bibliográfica abrange 48 artigos apresentados nos GTs dedicados a estudos sobre movimentos sociais nos Encontros Anuais da ANPOCS entre 2014 e 2018.

A análise dos textos foi realizada da seguinte maneira. Primeiro, estabelecemos diversas variáveis de interesse da pesquisa. Nesse artigo, apresentamos as variáveis de nossa análise que se referem ao recorte dos objetos de investigação analisados nos textos, bem como aos conceitos e abordagens teóricas por eles mobilizadas. Para análise do primeiro desses tipos de variável, realizamos a leitura dos artigos e construímos indutivamente as categorias de análise a partir de identificação de padrões observáveis nos recortes de investigação.

Já para a análise do segundo conjunto de variáveis (os conceitos e abordagens teóricas mobilizadas), também a partir da leitura dos artigos identificamos indutivamente os conceitos neles presentes. Consideramos não apenas os conceitos mobilizados formalmente pelas autoras (através de definições explícitas ou de referências diretas às suas formuladoras), mas também aqueles uti-

lizados como “noções” pouco definidas. A seguir, agrupamos esses conceitos de acordo com as tradições e debates teóricos aos quais eles estão tradicionalmente associados. Ressaltamos que essa classificação foi realizada por nós com base em nossos conhecimentos prévios (e muitas vezes limitado) desses conceitos, já que essa relação não é explícita em grande parte dos textos. O resultado dessa classificação geral pode ser encontrado no Apêndice 1. Por fim, separamos esses debates e tradições teóricas em quatro grandes grupos para tornar a análise mais inteligível: a) teorias e debates sobre movimentos sociais; b) outros campos da sociologia política; c) debates temáticos específicos; e d) outras perspectivas e debates teóricos.

Recortes de Objeto de Pesquisa:

Analisamos os recortes de objeto de pesquisa estabelecidos pelos estudos a partir de três dimensões. A primeira delas, se refere ao tipo de movimento estudado (Figura 01). Os dados apontam para a pluralidade de tipos de movimentos analisados pelos trabalhos apresentados nos GTs. Essa pluralidade é um primeiro indício de que os debates propostos nesses grupos de trabalho foram capazes de estabelecer um acúmulo teórico que rompeu, em parte, com a tendência de especialização da literatura nacional em movimentos específicos identificada por Szwako, Dowbor e Araujo (2020) para a literatura mais ampla⁷.

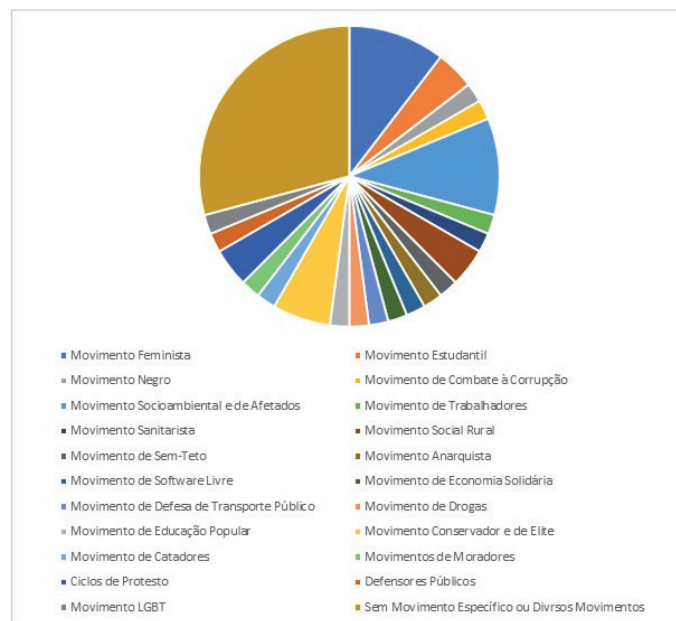


Figura 01 – Recorte dos objetos analisados (tipo de movimento)
Figure 1 – Object definition (movement type)

Fonte: autoria própria.

⁷ Essa ruptura parcial com a tendência de especialização se refere aos trabalhos apresentados nos GTs analisados, não podendo ser generalizada ao conjunto do campo de estudos de movimentos sociais. Nesse, ao contrário, parece manter-se as características de especialização e fragmentação identificadas por Szwako, Dowbor e Araujo (2020).

O recorte de objeto foi analisado, ainda, no que se refere àquilo que denominamos de "tipo de recorte". Aqui buscamos identificar a que tipo de fenômeno relacionado à ação coletiva os trabalhos dedicaram suas análises. Identificamos cinco grandes tipos, com estudos focados: a) em organizações, movimentos, coalizões ou campanhas específicas; b) em protestos ou ciclos de protestos; c) conflitos em torno de determinada temática; d) na burocracia; e) e na sociedade civil como um todo.

Antes de procedermos à análise dos dados, é necessário evidenciar mais detidamente as distinções entre as categorias "a" e "c". Enquanto as análises centradas no conflito tomam o confronto em torno de um dado tema como principal foco de interesse – como, por exemplo, o confronto em torno de Belo Monte, como faz Fleury (2014) – e mapeiam a partir daí os atores neles envolvidos e suas ações interrelacionadas, as análises centradas nos movimentos (ou organizações, campanhas e coalizões) delimitam um movimento social como ponto de partida e, a partir daí, buscam compreender as relações estabelecidas entre esse movimento social e, em alguns casos, outro ou outros atores ou fenômenos de interesse da pesquisadora⁸. Em outras palavras, há uma distinção entre análises dos "confrontos e seus movimentos", por um lado, e dos "movimentos e seus confrontos" por outro.

Os dados revelam que grande parte dos estudos analisados adotou uma perspectiva que denominamos de "movimento-cêntrica", ou seja, recortou seus interesses analíticos de pesquisa em torno de um ator, eventualmente analisando sua relação com outro ator ou fenômeno (Figura 02). Cabe destacar, porém, um crescente interesse em protestos e em ciclos de protesto, embora os trabalhos do GT tenham subteorizado as relações e diferenças entre movimentos sociais e protestos (Figura 03).

Conforme indicado anteriormente, o recorte "movimento-cêntrico" não significa que os estudos tenham analisado os movimentos de forma isolada. Pelo contrário, em sua maioria, os trabalhos buscam examinar as relações de movimentos sociais com outro objeto de interesse. Nesse ponto, o predomínio encontrado foi de análises das relações entre os movimentos sociais e a política institucional, ênfase dada no próprio título desses GTs: "entre as ruas e os gabinetes" (Figura 04). Essa categoria ampla foi, ainda, subdividida em uma análise que revelou a pluralidade e a ampla abrangência da agenda de pesquisa que se consolidou em torno desse tema, indicando que essa literatura aqui analisada foi capaz de complexificar a análise do Estado e da política institucional como um todo, rompendo com perspectivas que as tomam como um bloco homogêneo (Figura 05).

O segundo recorte mais comum não esteve focado nas relações entre movimentos e outros atores, mas em suas dinâmicas

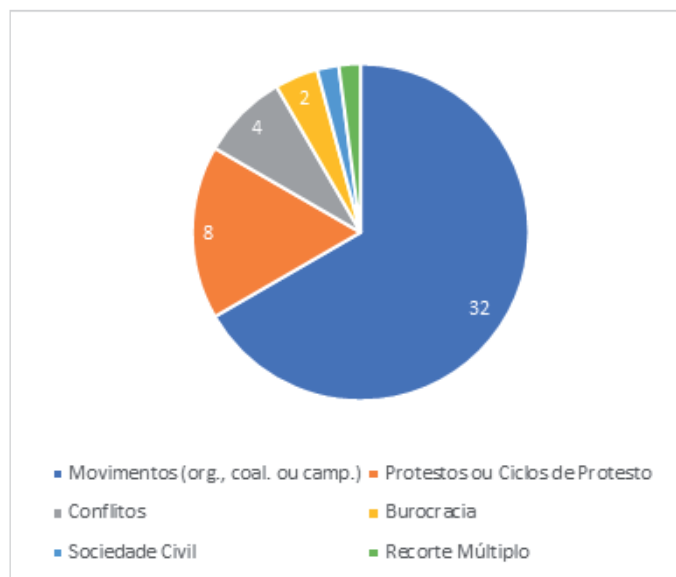


Figura 02 – Recorte dos objetos analisados (tipo de recorte)
Figure 2 – Object definition (type of phenomenon)
Fonte: autoria própria.

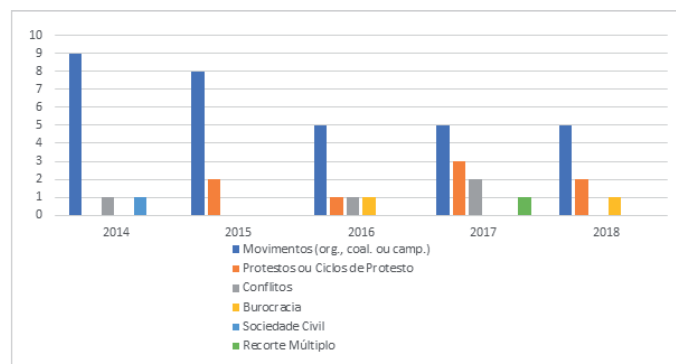


Figura 03 – Recorte dos objetos analisados (tipo de recorte) por ano
Figure 3 – Object definition (type of phenomenon) per year
Fonte: autoria própria.

internas e características. Outras relações estabelecidas pelos movimentos sociais – com a mídia, forças repressivas e contramovimentos, por exemplo – receberam pouca ou nenhuma atenção (Figura 04). Cabe destacar, porém, que essa ênfase nas relações entre movimentos sociais e política institucional

⁸ Essa diferença é, em muitos casos, sutil. Tomemos como exemplo um trabalho de Silva, Silva e Pereira (2016) sobre protestos da elite gaúcha entre 1970 e 2010. Após a caracterização desses protestos, foi realizada uma análise de suas relações com protestos de trabalhadores e movimentos sociais rurais buscando compreender as relações estabelecidas entre movimentos e contramovimentos. Mesmo nesse caso, consideramos que o trabalho adotou uma perspectiva "movimentocêntrica", pois seu recorte prioritário não foi estabelecido em torno do confronto ou de um conjunto de confrontos, mas sim em torno de atores específicos envolvidos nesse confronto: os grupos de elite. Isso fica evidenciado, por exemplo, pela revisão da literatura do artigo, em grande parte dedicada aos estudos sobre elites e conservadorismo no Brasil.

decrece a partir de 2017, observando-se uma ampliação de análises focadas nas dinâmicas e características internas dos movimentos (Figura 06).

Sumarizando nossos achados sobre os recortes de objeto de pesquisa, destacamos, em primeiro lugar, a pluralidade de movimentos analisados pelos trabalhos do GT (Figura 01). Em segundo lugar, os resultados indicam que os trabalhos ora analisados adotaram uma perspectiva “movimentocêntrica”, delimitando seus objetos de pesquisa em torno de movimentos sociais específicos (Figuras 02, 03 e 04). A partir do recorte delimitado

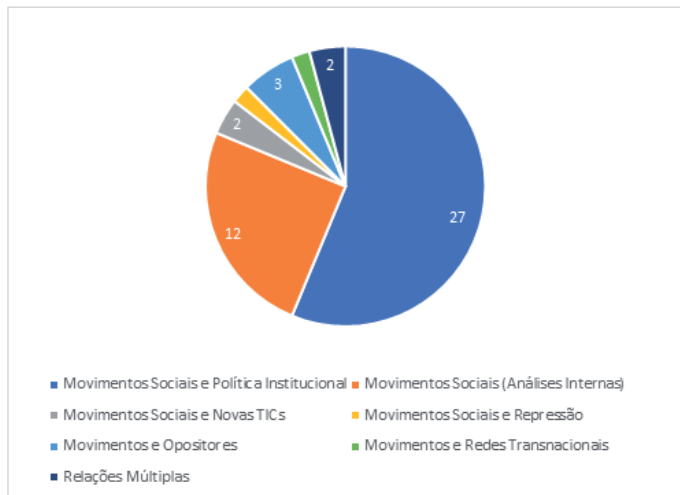


Figura 04 – Recorte dos objetos analisados (tipo de relação)
 Figure 04 – Object definition (type of relation)
 Fonte: autoria própria.

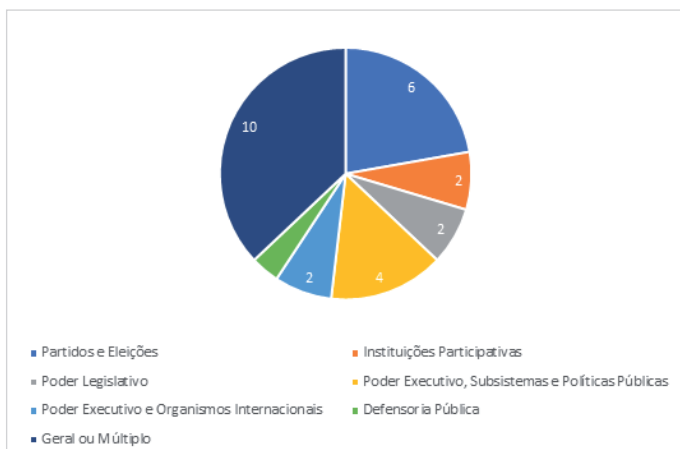


Figura 05 – Recorte dos objetos analisados (tipo de recorte): subdivisão da categoria “movimentos sociais e política institucional”
 Figure 05 – Object definition (type of phenomenon): subdivision of the category “social movements and institutional politics”.
 Fonte: autoria própria.

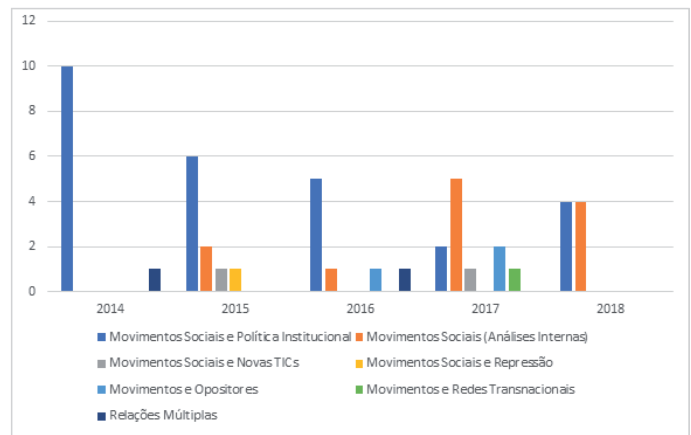


Figura 06 – Recorte dos objetos analisados (tipo de relação) por ano
 Figure 6 – Object definition (type of relation) per year
 Fonte: autoria própria.

em torno de atores específicos, pesquisadoras buscaram analisar as relações estabelecidas por eles, privilegiando análises sobre suas relações com a política institucional em um processo que revelou a heterogeneidade das instituições (Figuras 05, 06 e 07).

Gramáticas Conceituais:

Examinamos também a “gramática conceitual” mobilizada nos artigos analisados. Para isso, conforme descrito anteriormente, identificamos conceitos presentes nos artigos, os associamos a tradições e debates teóricos e separamos esses debates e tradições em quatro grandes grupos: a) teorias e debates sobre movimentos sociais; b) outros campos da sociologia política; c) debates temáticos específicos; e d) outras perspectivas e debates teóricos.

No que se refere às teorias e debates relativos aos movimentos sociais, destacamos, em primeiro lugar a entrada do vocabulário da tradição da *contentious politics* no subcampo aqui analisado (conceitos vinculados a essa tradição foram citados em 29 dos 48 trabalhos). Cabe ressaltar, porém, que, em muitos casos, conceitos como “repertórios” e “enquadramentos” são citados mais como “noções” que ajudam a dar nome a determinados fenômenos sem que seja realizada uma análise engajada nos debates teóricos relativos a cada um desses conceitos. Observa-se, ainda, que conceitos relativos à TPP (como oportunidades, repertórios e enquadramentos) são mais recorrentes do que aqueles relacionados à abordagem do confronto político (como os diversos mecanismos causais identificados por essa literatura).

Em segundo lugar, destacam-se os conceitos relacionados ao debate sobre as relações entre movimentos sociais e política institucional, listados no Apêndice 1. Esses resultados indicam que a literatura aqui analisada tem forjado e adaptado de forma original um vocabulário próprio para compreender as múltiplas relações entre esses fenômenos. Por fim, destacam-se

conceitos relacionados às teorias dos novos movimentos sociais. No entanto, cabe a ressalva de que, em sua maioria, os conceitos utilizados são aqueles que foram mais fortemente incorporados pela tradição da *contentious politics*, tais como os de "identidade coletiva" e "redes de movimentos sociais", evidenciando a centralidade do vocabulário dessa abordagem nos estudos que compõem a amostra (Figura 07). O predomínio dos conceitos relacionados a essa tradição são constantes ao longo de todo o período de análise (Figura 08).

Conceitos diretamente vinculados a estudos sobre movimentos sociais foram, em muitos casos, postos em diálogo com outros tradicionalmente associados a outros campos temáticos da sociologia política. Os dois campos mais recorrentes foram aqueles sobre as políticas públicas e as instituições participativas (Figura 09). Cabe observar que conceitos vinculados a ambos

esses debates ficam em quarto e quinto lugar respectivamente na lista geral de tradições e debates (Apêndice 1) mais fortemente mobilizados, em que estes não estão divididos nos quatro subtipos por nós estabelecidos. Aqui, as variações temporais são importantes. No primeiro GT, realizado em 2014, predominam conceitos vinculados a estudos sobre participação política, destacando-se a ideia de "compartilhamento de projetos políticos" de Dagnino (2002). Nos dois anos seguintes, o campo de estudos das políticas públicas se torna o principal interlocutor dos estudos sobre movimentos sociais. Já em 2017, a prioridade foi para diálogos com estudos sobre internet e política. Em 2018, nenhum outro campo da sociologia política se destaca (Figura 10).

Por fim, analisamos os conceitos relacionados a debates temáticos específicos e outras a tradições teóricas. Nos GTs estudados, os conceitos relacionados a debates e teorias sobre movimentos sociais específicos ocupam lugar periférico. Conceitos



Figura 07 – Conceitos mobilizados pelos trabalhos (teorias e debates sobre movimentos sociais)

Figure 07 – Concepts mobilized by the paper (theories and debates about social movements)

Fonte: autoria própria.

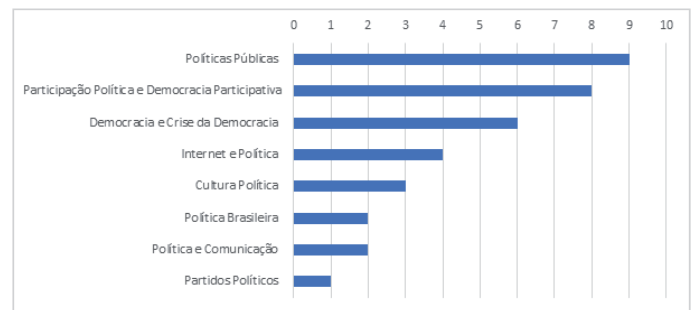


Figura 09 – Conceitos mobilizados pelos trabalhos (outros campos da sociologia política)

Figure 09 – Concepts mobilized by the paper (other fields in political sociology)

Fonte: autoria própria.

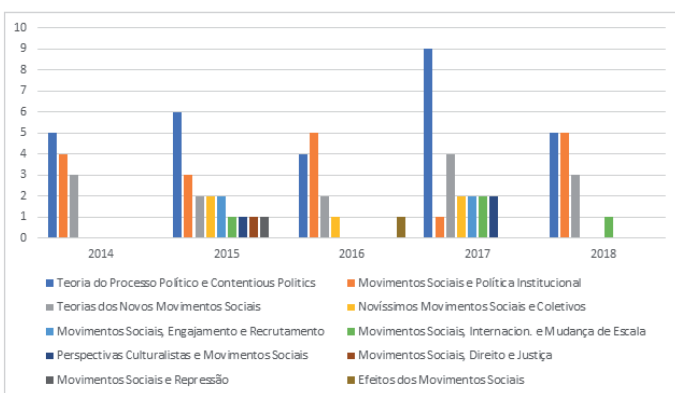


Figura 08 – Conceitos mobilizados pelos trabalhos (teorias e debates sobre movimentos sociais) por ano

Figure 08 – Concepts mobilized by the paper (theories and debates about social movements) per year

Fonte: autoria própria.

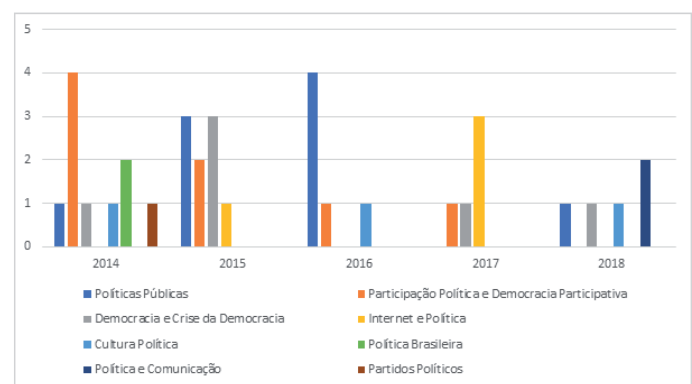


Figura 10 – Conceitos mobilizados pelos trabalhos (outros campos da sociologia política) por ano

Figure 10 – Concepts mobilized by the paper (other fields in political sociology) per year

Fonte: autoria própria.

relacionados aos debates específicos mais recorrentes (aqueles sobre feminismo e desenvolvimento) são mencionados por apenas quatro trabalhos cada (Figura 11). Observamos um padrão semelhante nos dados sobre o diálogo com outras perspectivas e debates teóricos. Os resultados indicam que, no GT aqui estudado, esse diálogo foi pouco significativo ao longo do período analisado (os conceitos mais recorrentes, associados à tradição gramsciana, são também mencionados por apenas quatro trabalhos) (Figura 12).

Esses achados vão de encontro aos de Szwako, Dowbor e Araújo (2020) em sua análise dos artigos sobre movimentos sociais publicados em periódicos científicos nas últimas décadas. Nos GTs, ao contrário da tendência de especialização encontrada por esses autores, os conceitos relacionados a debates e teorias sobre movimentos sociais específicos ocupam lugar periférico. Neles observamos indícios da construção de um vocabulário próprio e transversal para a análise de diversos movimentos sociais, o que não impede que tendências de especialização pos-

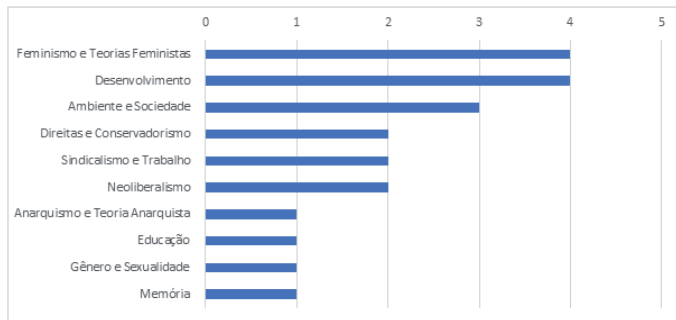


Figura 11 - Conceitos mobilizados pelos trabalhos (debates temáticos específicos)

Figure 11 - Concepts mobilized by the paper (specific thematic debates)

Fonte: autoria própria.

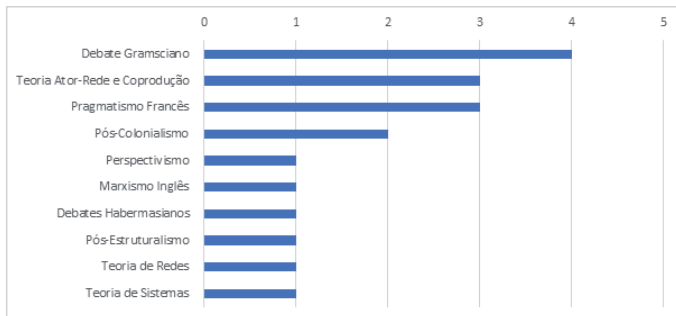


Figura 12 - Conceitos mobilizados pelos trabalhos (outras perspectivas e debates teóricos)

Figure 12 - Concepts mobilized by the paper (other theoretical approaches and debates)

Fonte: autoria própria.

sam ser observadas nos demais GTs da ANPOCS e subcampos das ciências sociais.

Sumarizando nossos achados sobre os conceitos mobilizados pelos artigos apresentados nos GTs sobre movimentos sociais dos Encontros Anuais da ANPOCS, é possível indicar que os trabalhos apresentados nesses grupos se notabilizaram pela incorporação do vocabulário da tradição da *contentious politics*, acompanhada pelo desenvolvimento de uma gramática própria e original para a análise das relações entre Estado e movimentos sociais (Figuras 08 e 09), em especial, em diálogo com os campos da participação política e das políticas públicas (Figuras 10 e 11). O desenvolvimento desse arcabouço conceitual possibilitou análises transversais que rompem com as tendências de especialização e de fragmentação observadas no conjunto mais amplo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil, conforme indica a ampla variedade de movimentos analisados a partir desses conceitos (Figura 01). Cabe agora analisar criticamente *como* esses trabalhos têm incorporado as contribuições da tradição da *contentious politics* em suas reflexões originais sobre movimentos sociais no Brasil.

Para Além dos Movimentos Sociais

A análise descritiva da literatura desenvolvida na seção anterior indica a renovação do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil (ou de ao menos um de seus subcampos) a partir do diálogo com referenciais teóricos que transformaram seu vocabulário conceitual e suas perspectivas de análise. Em especial, observa-se a crescente presença de conceitos oriundos da tradição da teoria do confronto político aliada à construção de proposições teóricas originais acerca das relações entre movimentos sociais e política institucional (Figuras 07 a 12), o que teria possibilitado o desenvolvimento de análises transversais a diversos movimentos (Figura 01) no interior do subconjunto específico de estudos sobre movimentos sociais aqui estudado.

A incorporação da tradição do confronto político por essa literatura ocorreu a partir de duas dinâmicas. Em primeiro lugar, observamos que a incorporação de conceitos desenvolvidos por essa tradição teórica – tais como os conceitos de “repertórios” e “oportunidades políticas” – se deu menos a partir da construção de problemas de pesquisa relacionados a agendas de pesquisa desenvolvidas em torno deles (que implicaria, por exemplo, em esforços de adaptação dos conceitos ao contexto local e em um diálogo profundo não apenas com os textos que os definem, mas também com pesquisas empíricas que têm avançado essas agendas) e mais a partir da lógica de sua incorporação como “noções” que podem dar nome aos fenômenos sob análise. Em outras palavras, os conceitos dessa tradição têm sido incorporados mais como conceitos operacionais e menos como conceitos analíticos. Como consequência dessa forma de incorporação, a teoria é mobilizada mais como

gramática e menos como modelo de análise a ser confrontado e testado na pesquisa empírica⁹.

Em segundo lugar, ocorre, em paralelo, um diálogo crítico com pressupostos analíticos dessa tradição teórica. Pesquisadoras como Carlos (2014, p.9), por exemplo, argumentam que a abordagem do confronto político apresentaria obstáculos para a análise das relações entre movimentos sociais e Estado já que, nela, tais relações estariam

reduzidas e circunscritas às interações de poder conflituosas, desprivilegiando aquelas interações cooperativas ou colaborativas entre atores sociais e institucionais em torno da produção de políticas públicas ou de alianças com partidos políticos (Carlos, 2014, p.9).

Assim, argumentamos que a literatura analisada tem, em grande parte, realizado uma incorporação instrumental da tradição do confronto político, sem incorporar alguns de seus pressupostos fundamentais. Em alguns casos, inclusive, esses trabalhos apresentam oposição explícita a esses pressupostos. Em contraposição a essa tendência, defendemos que a literatura sob análise se beneficiaria da incorporação de uma das proposições mais críticas e inovadoras que tal abordagem trouxe para o campo de estudos de movimentos sociais: o deslocamento do foco analítico dos movimentos sociais para o confronto político.

Além de um arsenal de conceitos férteis para a instrumentalizar a pesquisa empírica, a teoria do confronto político trouxe ao campo de estudos sobre movimentos sociais uma problematização sobre o próprio foco analítico desse campo. Como seu próprio nome indica, essa abordagem defende um deslocamento do foco de análise dos movimentos sociais para os processos confrontacionais nas suas diversas configurações (movimentos sociais, mas também guerras civis, conflitos étnicos, revoluções, ondas de greves, ciclos de protesto etc.). Em outras palavras, a teoria do confronto político critica a tendência da literatura em concentrar suas análises em um tipo determinado de conflito – aqueles nos quais os movimentos sociais estão envolvidos – e em um tipo específico de ator – aqueles que conformam as redes dos movimentos sociais.

Essa tendência criticada por teóricos da *contentious politics* teria duas consequências problemáticas. Em primeiro lugar, geraria uma incapacidade de analisar as articulações e as interdependências entre diferentes configurações da conflitualidade que atravessam a sociedade e as instituições políticas. Confrontando esse obstáculo epistemológico, a teoria do confronto político desenvolve e amplia o argumento tradicional da TPP, que enfatizava a interdependência entre a política institucional e a política não institucional dos movimentos sociais. Não só os confrontos políticos tendem a conformar processos que atravessam e conectam a política institucional e a política não institucional, mas também atravessam e conectam diferentes configurações

da conflitualidade societária. É neste sentido que Tilly e Tarrow (2007, p.187, tradução livre) afirmam que “os movimentos sociais são apenas uma dentre uma ampla variedade de formas de política contenciosa”, sendo necessário analisar as similaridades, diferenças e interrelações entre essas distintas formas.

No entanto, essa defesa da ampliação do foco analítico para diferentes configurações dos processos contenciosos, incorporando mas indo além daqueles que constituem/envolvem movimentos sociais, foi largamente negligenciada pela literatura brasileira que dialogou com a teoria do confronto político. Em vista disso, tanto a diversidade das formas do confronto político quanto as relações entre elas acabaram sendo secundarizadas por essa literatura. Assim, por exemplo, a literatura revisada praticamente não analisou e tampouco elaborou reflexão teórica aprofundada sobre as relações entre movimentos sociais e violência política, constantemente denunciada pelos movimentos e pesquisadores e que ganha contornos dramáticos no recorrente assassinato de ativistas e de pessoas de segmentos subalternos no Brasil. Da mesma forma, as relações entre movimentos sociais, processos de rupturas político-institucionais ou confrontos eleitorais também tenderam a ser secundarizados pelos modelos analíticos do campo de estudos de movimentos sociais no Brasil. Conforme indica a ausência dessas discussões nos trabalhos analisados anteriormente, debates sobre esses temas e sobre movimentos sociais em eventos científicos tendem a ser separados em grupos de trabalhos distintos que, salvo exceções, pouco dialogam entre si. Assim, apesar da existência de robustos campos de pesquisa brasileiros sobre esses fenômenos (violência, eleições, entre outros), permanece o desafio de construção de diálogo entre tais campos e estudos sobre movimentos sociais.

Uma segunda consequência problemática da tendência criticada pela teoria do confronto político seria a dificuldade de analisar as complexas e mutáveis relações entre os diversos atores que integram e conformam qualquer configuração do confronto político. Assim, de um lado, a teoria do confronto político vai salientar a importância de analisar as relações entre os atores das redes movimentalistas e os atores da política institucional (partidos políticos, burocratas, governantes etc.), tal como já proposto pela teoria do processo político. De outro lado, vai enfatizar a importância de incorporar aos modelos teóricos outros atores também política e analiticamente relevantes: mídia, forças de repressão, organismos transnacionais, organizações opositoras, entre outros. Em outras palavras, a *contentious politics* defende um deslocamento de perspectiva: do movimento e seus conflitos para o conflito e seus diversos atores.

Essa proposição de uma ruptura com a perspectiva “movimentocêntrica” predominante foi, no entanto, apenas parcialmente incorporada pela literatura aqui analisada. No que se refere aos atores da política institucional, observa-se nas últimas décadas uma significativa qualificação dos modelos teóricos para apreender e analisar as complexas e dinâmicas relações

⁹ Para uma diferenciação entre os diversos sentidos e formas de utilização de teoria nas ciências sociais, ver Abend (2008).

entre os atores das redes movimentistas e atores posicionados e atuantes em diversos espaços estatais. Rompeu-se definitivamente com pressupostos dicotômicos (e, até mesmo, maniqueístas) que criavam obstáculos para a compreensão de processos de interdependência, intersecção, encaixe, multiposicionalidade e trânsito em favor de pressupostos relacionais de análise das relações entre Estado e sociedade, conforme indicam as Figuras 04, 05 e 06.

Essas mesmas Figuras revelam, contudo, que a promessa de "um olhar relacional" se limitou, na maioria dos casos, a uma análise das relações entre movimentos sociais e atores e arenas da política institucional, colocando em segundo plano outros atores e relações que conformam os confrontos políticos. Por exemplo, o tema das relações entre a ação contestatória de movimentos sociais de segmentos subalternizados e a repressão, estatal e/ou societal, ainda não apresenta uma produção e uma agenda de pesquisa consolidada. As relações entre movimentos sociais e mídias, corporativas e sociais, também carecem de desenvolvimento teórico e acúmulo de pesquisas empíricas no subcampo de estudos aqui analisado. Mesmo o tema das relações entre movimentos sociais e partidos políticos, em relação ao qual se esperaria maior densidade em decorrência do crescimento dos estudos sobre as relações entre os movimentos e a política institucional, tende a ser pouco abordado e elaborado teoricamente pelos trabalhos aqui analisados. O mesmo pode ser dito sobre a relação entre movimentos sociais e grupos opositores, tais como contramovimentos, organizações religiosas ou federações e sindicatos patronais ou de proprietários de terras.

Tanto a baixa recorrência da análise de conflitos que não envolvem movimentos sociais quanto a baixa recorrência das relações entre movimentos e outros atores que não aqueles do campo da política institucional podem ser associadas ao olhar "movimentocêntrico" para os fenômenos empíricos, revelado pelas Figuras 02 e 03. Ao privilegiar os movimentos sociais como ponto de referência para o estabelecimento de recortes de objeto, analistas tendem a secundarizar em suas investigações outras formas de conflito no qual esses atores têm participação limitada e, da mesma forma, a privilegiar um tipo específico de relação no qual eles estão envolvidos em detrimento da análise de um campo relacional mais amplo.

Frente a essas lacunas decorrentes de uma incorporação limitada de algumas das proposições centrais da teoria do confronto político, argumentamos em favor da importância de um deslocamento parcial do campo de estudo de movimentos sociais no Brasil "para além dos movimentos sociais". Tal deslocamento implica em assumir de maneira mais consistente dois pressupostos estruturantes da teoria do confronto político: a ontologia e a epistemologia relacional e o caráter contextual da forma como os confrontos políticos se configuram empiricamente.

Em relação ao primeiro desses pontos, argumenta-se pela necessidade de extensão do esforço teórico realizado na análise das relações entre movimentos sociais e Estado/políticas públi-

cas em dois sentidos. Um primeiro e mais fundamental se refere à incorporação da ontologia relacional da *contentious politics*, que toma as relações como objeto privilegiado na análise dos processos sociais. Esse é um dos argumentos mais fortes (e costumeiramente negligenciados) propostos pela *contentious politics*: os atores do conflito político não preexistem ao mesmo, mas sim se coproduzem através das relações de conflito e cooperação que estabelecem entre si. Conforme resume Tarrow (2013, p.5, tradução livre, itálico nosso) os atores políticos, como os movimentos, "se formam a partir da construção de um repertório de ação coletiva, ao mesmo tempo, inovador e rotineiro, em interação com oponentes, aliados e terceiros".

Desse pressuposto ontológico, deriva uma atitude epistemológica e uma abordagem metodológica na qual o recorte analítico dos objetos de pesquisa se pauta, em princípio, pelos conflitos para, só então, serem identificados e analisados seus atores. Tal orientação possibilita uma expansão do celebrado "olhar relacional" para além das relações entre movimentos sociais e Estado, incorporando-se na análise outros atores politicamente relevantes na conformação dos processos contenciosos. Nesse ponto, parece promissor o diálogo de estudos de movimentos sociais com abordagens teóricas desenvolvidas em outros campos de pesquisa que também promovam olhares relacionais centrados no conflito, como o modelo das coalizões de defesa no campo de estudos de políticas públicas, para citar um exemplo (Sabatier e Weible, 2007).

Já no que se refere ao caráter contextual do confronto político, argumenta-se pela necessidade de evitar a imposição de categorias que impedem a apreensão e análise das configurações particulares dos processos contenciosos. A crítica epistemológica à construção de explicações estáticas e gerais para as dinâmicas de confronto em favor de uma análise contextual e processual se faz presente na abordagem do confronto político a partir da noção de "mecanismos causais" (McAdam *et al.*, 2001). Embora a incorporação dessa noção tenha consequências diversas, destacamos aqui uma delas: a necessidade de apreensão contextual das dinâmicas e atores que compõe confrontos políticos.

Nesse sentido, faz-se necessária uma interrogação sobre a adequação do conceito "movimento social" ou de conceitos como "contramovimentos" para a apreensão dos diversos atores/redes atuantes nas configurações da conflitualidade social e política no Brasil. É possível utilizar a categoria de "movimentos sociais", por exemplo, para compreendermos os processos de mobilização coletiva de povos tradicionais? Quais são as diferenças e semelhanças entre o que a literatura estadunidense denominou de "organização de movimento social" e os formatos organizativos encontrados no Brasil? Seria apropriado mobilizar o conceito "contramovimento" para nomear a mobilização de organizações religiosas conservadoras no Brasil? E, quando não for pertinente o emprego analítico de tais conceitos, que outro conceito devemos mobilizar ou construir?

Nesse ponto, gostaríamos de evidenciar duas ressalvas ao nosso argumento. Primeiro, ressaltamos que, por certo, não defendemos aqui que pesquisas centradas em atores e não em

relações de conflito devam ser completamente abandonadas pelo campo de estudos sobre movimentos sociais no Brasil. Essas subsidiam análises sobre problemas de pesquisa relevantes que pouco se beneficiam de abordagens centradas em conflitos. Para citar apenas um exemplo, recortes "movimentocêntricos" são profícuos para a análise do trânsito de atores coletivos entre diversos conflitos sociais, examinando suas transformações ao longo do tempo e sua atuação múltipla em um mesmo recorte espaço-temporal. Sugerimos, contudo, que o foco quase exclusivo da literatura aqui analisada nesse tipo de recorte tem criado obstáculos para o exame de diversos temas e problemas de pesquisa que têm sido sistematicamente secundarizados pela literatura aqui revisada, já mencionados anteriormente.

Segundo, cabe responder a uma possível interrogação que poderia ser levantada em objeção à defesa da incorporação de tais pressupostos da abordagem do confronto político: ela não poderia resultar em um retorno a perspectivas que reproduzem os vieses externalista e confrontacional na análise das relações entre movimentos sociais e Estado? Nós argumentamos que não. De fato, concordamos com a análise da literatura nacional, que sugere que grande parte das atenções da tradição da teoria do confronto político se voltaram para relações de conflito entre movimentos sociais e Estado. Nesse sentido, a literatura brasileira tem contribuído de maneira fundamental para uma complexificação das análises relativas a esse tema, indicando a diversidade do repertório de interação entre movimentos sociais e política institucional (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014). Destacamos, portanto, que o processo de incorporação crítica da literatura internacional possibilitou a construção de reflexões originais e adequadas às particularidades do caso brasileiro, constituindo-se em uma operação epistemológica necessária e inovadora.

Porém, não nos parece que a perspectiva da *contentious politics* seja incompatível com a análise dessas relações em sua multiplicidade, para além do conflito. Conforme ressaltam Tilly e Tarrow (2015, p.9, tradução nossa) "a restrição do conceito de política contenciosa a demandas que de alguma forma envolvem governos não significa de forma alguma que os governos precisam figurar como os produtores ou receptores dessas demandas". Assim, a abordagem não sugere uma restrição dessa relação ao confronto. Pelo contrário, interpretamos que a ênfase no conflito torna possível identificá-lo mais facilmente como um fenômeno que atravessa as fronteiras entre Estado e sociedade integrando atores sociais e aqueles situados nas instituições políticas em complexas redes de aliança e oposição em torno de determinada demanda. É justamente a postura epistemológica de tomar o conflito como princípio e, a partir de então, verificar empiricamente seus atores e relações que torna possível que os atores e os tipos de relação entre eles não sejam estabelecidos *a priori*, evitando a reprodução do pressuposto da externalidade e da confrontação. Confrontos políticos, portanto, não devem ser tomados necessariamente conflitos entre Estado e movimentos, podendo opor atores sociais entre si em eventuais alianças e disputas com atores situados nas instituições políticas.

Considerações Finais

Em suma, nesse artigo, buscamos apresentar reflexões sobre os caminhos da agenda de pesquisa sobre movimentos sociais no Brasil a partir de uma avaliação crítica e fundamentada da literatura recente, estabelecendo foco em um subcampo específico do debate brasileiro sobre esse tema: aquele que mais profundamente dialogou com a tradição do confronto político em estudos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado. Destacamos que, nos últimos anos, a literatura analisada tem apresentado importantes contribuições originais. Em especial, no que se refere à complexificação da análise das relações entre movimentos sociais e Estado a partir da incorporação da gramática da tradição do confronto político e da construção de um vocabulário próprio, que possibilitou um rompimento (ainda que parcial) com as tendências de especialização e fragmentação desse campo.

Os caminhos que nos levaram "de volta aos movimentos sociais", porém, nos levaram também a uma encruzilhada "entre os movimentos sociais e a política institucional". A promessa de um "olhar relacional" se resumiu, em grande parte, à análise das relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil. Para superar essa limitação, propomos uma abordagem que busque ir "além dos movimentos sociais", a partir da incorporação de dois pressupostos fundamentais da abordagem do confronto político: a ontologia e a epistemologia relacional e contextual, redirecionando nosso olhar do "movimento e suas relações de confronto e cooperação" para "os confrontos, seus atores e suas múltiplas relações".

Referências

- ABEND, G. 2008. The Meaning of 'Theory'. *Sociological Theory*, v.26, n.2, p.173-199.
- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. 2014. Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 57(2): 325-357. DOI: 10.1590/0011-5258201411
- CARLOS, E. 2014. Entre o Conflito e a Cooperação: interações entre movimentos sociais e Estado em perspectiva comparada. In: Encontro Anual da ANPOCS (Encontro), 38, Caxambu, 2014, *Anais...* Caxambu.
- DAGNINO, E. 2002. Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidade. In: DAGNINO, E. (Ed.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, p. 279-302.
- FLEURY, L. 2014. O Conflito em torno da Construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sob o Idioma da Coprodução. In: Encontro Anual da ANPOCS (Encontro), 38, Caxambu, 2014, *Anais...* Caxambu.
- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. 2001. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 387 p.
- SABATIER, Paul A.; WEIBLE, Christopher M. 2007. The Advocacy Coalition Framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, P. *Theories of the Policy Process*. Boulder: Westview, p.189-220.
- SILVA, M. K. 2010. De Volta aos Movimentos Sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, 29(1): 2-9.

DOI: 10.4013/csu.2010.46.1.01

SZWAKO, J.; DOWBOR, M.; ARAÚJO, R. 2010. A Produção de Artigos Acadêmicos sobre Movimentos Sociais Publicados nos Periódicos Brasileiros (2000-2017): tendências e inovações. *BIB*, 92: 1-22.

DOI: 10.17666/bib9201/2020

TARROW, Sidney. 2013. *The Language of Contention: revolution in*

words 1688-2012. Cambridge: Cambridge University Press, 249 p.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. 2015. *Contentious Politics*. 2ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 2015, 268 p.

Submetido: 01/10/2021

Aceite: 11/03/2022

Apêndice 01 – Classificação dos conceitos identificados nos trabalhos de acordo com a literatura ou o debate temático ao qual estão vinculados.

Teorias e Debates Sobre Movimentos Sociais	
Teoria do Processo Político e <i>Contentious Politics</i>	Batalhas de enquadramento; Campo organizacional; Ciclos de protesto; Combinação causal; <i>Contentious politics</i> (Confronto Político); Contramovimento; Enquadramento interpretativo; Estruturas de mobilização de recursos; Estruturas de oportunidades políticas (e oportunidades políticas); Eventos de protesto; Indústria de movimentos sociais; Linguagem de confronto; Mecanismos de (adaptação, difusão, experimentação, formação de coalizão, mediação, rotinização) Mecanismos causais; Modularidade estratégica; Organizações de movimentos sociais; Performances; Repertórios de ação; Repertórios de confronto; Repertórios de discurso; Repertórios organizacionais; Ressonância simbólica; Setor de movimentos sociais; Táticas.
Movimentos Sociais e Política Institucional	Ação política; Ativismo institucional; Ativismo multifiliado; Autonomia inserida; Burocratas ativistas; Coalizões Estado-Movimento; Co-constituição; Cooperação conflitual; Domínios de agência; Dupla militância; Engajamento institucional; Fetichismo da autonomia; Incubadora Institucional; Inserção institucional; Institucionalização; Interação socioestatal; Interface socioestatal; Interpenetração; Militância múltipla; Mútua constituição; Permeabilidade do Estado; Permeabilidade institucional; Pontos de acesso; Repertórios de interação; Trânsito institucional.
Teorias dos Novos Movimentos Sociais	Identidade (e identidade coletiva); Novos movimentos sociais; Redes de movimentos sociais.
Novíssimos Movimentos Sociais e Coletivos	Apartidarismo; Autonomia; Autoorganização; Coletivos; Comum; Horizontalidade; Interseccionalidade; Multidão; Novíssimos movimentos sociais; Razão do Comum;
Movimentos Sociais, Engajamento e Recrutamento	Afinidade ideológica; Ativismo solitário; Canais microestruturais de relação; Disponibilidade biográfica; Engajamento (e engajamento militante); Incentivos coletivos e seletivos; Recrutamento; Redes de recrutamento.
Movimentos Sociais, Internacionalização e Mudança de Escala	Amplificação simbólica; Ativismo transnacional; Escalas de ação coletiva; Expansão organizativa; Globalização; Internacionalização; Mudança de escala; Políticas de espaço; Redes transnacionais; <i>Transnational advocacy networks</i> .
Perspectivas Culturalistas e Movimentos Sociais	Emoções; Narrativas.
Movimentos Sociais, Direito e Justiça	<i>Frames</i> legais; Mobilização do direito.
Movimentos Sociais e Repressão	Administração negociada; Força escalonada; Policiamento de protestos; Repressão.
Efeitos dos Movimentos Sociais	Benefícios coletivos; Efeitos dos movimentos sociais; Mediação política.

Outros Campos da Sociologia Política	
Políticas Públicas	Autonomia burocrática; Autoridade prática; Burocracia; Burocracia de nível de rua; Ciclo de políticas públicas; Coalizões de defesa; Comunidades de política; Discricionariedade; Empreendedores de políticas; Fluxos múltiplos; Heterogeneidade do Estado; Heterogeneidade interestatal; <i>Insurgent experts</i> ; <i>Issue networks</i> ; Janela de oportunidade; Mudança institucional; Práticas de construção institucional; Redes de <i>advocacy</i> ; Redes de políticas públicas; Representatividade burocrática; Rotas de entrelaçamento; Tensões interestatais.
Participação Política e Democracia Participativa	Confluência perversa; Democracia participativa; Democracia radical; Participação; Participação institucional; Projeto político; Sentidos da participação.
Democracia e Crise da Democracia	Antagonismo; Crise da democracia representativa; Democracia; Justiça social; Polarização; Político e política; Responsividade.
Internet e Política	Ação conectiva; <i>Affordance</i> ; Ágora eletrônica; Ativismo digital; Ciberativismo; Cibercultura; Democracia digital; Hacktivismo; Novas tecnologias de informação e comunicação; Protesto em nuvem; Sociedade em rede; Vanguardas digitais.
Cultura Política	Capital social; Cultura cívica; Cultura política; Cultura política democrática.
Política Brasileira	Lulismo; Presidencialismo de coalizão.
Política e Comunicação	Estilos de comunicação; Matriz discursiva.
Partidos Políticos	Subcultura partidária.
Debates Temáticos Específicos	
Feminismo e Teorias Feministas	Campos discursivos; Circuitos de exclusão; Comunidade confessional; Feminismo; Feminismo liberal; Feminismo periférico; Feminismo popular; Fluxos discursivos; Pós-feminismo; Primavera feminista; Transfeminismo.
Desenvolvimento	Consenso das <i>commodities</i> ; Desenvolvimento; Desenvolvimentismo Extrativista; Neodesenvolvimentismo; Neoeextrativismo.
Ambiente e Sociedade	Conflito ambiental (e socioambiental); Justiça ambiental; Zonas de sacrifício.
Direitas e Conservadorismo	Classes dominantes; Guerras culturais; Léxico da hostilidade; Nova direita; Racismo de classe; Reacionário; <i>Think thanks</i> .
Sindicalismo e Trabalho	Burocratização sindical; Crise sindical; Institucionalização sindical; Revitalização sindical; Sindicalismo de movimento social; Precariado; Profissionalização sindical; Sindicalismo radical.
Neoliberalismo	Autoritarismo democrático; Neoliberalismo; Neoliberalismo radical; Pós-neoliberalismo.
Anarquismo e Teorias Anarquistas	Anarquismo; Anarquismo de estilo de vida; Anarquismo pós-esquerdista; Anarquismo social; Autonomia.
Educação	Educação popular.
Gênero e Sexualidade	Sexualidade dissidente.
Memória	Atos de transferência; Capacidade mnemônica; Comemoração; Empreendedores de memória; Memória; Memória coletiva; Memória social; Ressonância.
Outras Perspectivas e Debates Teóricos	
Debate Gramsciano	Autonomia; Globalização contrahegemônica; Hegemonia; Intelectuais (e intelectuais orgânicos); Sociedade civil; Subalternidade; Subordinação; Sujeito em si e para si; Superestrutura.
Teoria Ator-Rede e Coprodução	Actante; Agenciamento; Associação; Ator-rede; Controvérsia; Coprodução; Cosmopolítica; Mediador; Programa de ação; Rede; Simetria; Tradução.
Pragmatismo Francês	Gramática; Justificação (e justificativa).
Pós-colonialismo	Colonialidade do poder; <i>Delinking</i> ; Pós-colonialidade.

Perspectivismo	Perspectivismo; Pontos de vista.
Marxismo Inglês	Experiência.
Debates Habermasianos	Contrapúblico subalterno; Esfera pública.
Pós-Estruturalismo	Resistência; Subjetividade.
Teoria de Redes	<i>Catnetness</i> ; Redes de afiliação.
Teoria dos Sistemas	Acoplamento estrutural; Autopoiese; Sistemas complexos.

Fonte: autoria própria.